

**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO**  
**DIVISÃO DE COORDENAÇÃO JUDICIARIA, RECURSOS E PRECEDENTES**

**Incidentes de Recursos Repetitivos – IRR**

**TEMA JULGADO**

| Tema n.º  | Questão Submetida a Julgamento   | Processo Paradigma                             |
|-----------|--|--|
| <u>11</u> | Definir se o Programa denominado 'Política de Orientação para Melhoria', instituído pela WMS Supermercados do Brasil Ltda., abrange todas as hipóteses de dispensa e quais os efeitos decorrentes da não observância dos procedimentos nele previstos.   | <a href="#"><u>1086-51.2012.5.15.0031</u></a>  |
| <u>13</u> | Levando-se em conta os antecedentes à negociação coletiva que instituiu a RMNR, os teores das normas coletivas que a contêm e a forma de apuração do título, a parcela 'Complementação da RMNR' considera, exclui ou inclui e poderia considerar, excluir ou incluir, para os trabalhadores que os merecem, os adicionais previstos na Constituição e em Lei ou convencionais e contratuais? | <a href="#"><u>21900-13.2011.5.21.0012</u></a> |
| <u>19</u> | Ainda que descaracterizado com efeitos retroativos o acordo de compensação, em relação às horas que ultrapassem a jornada normal diária até o limite de 44 horas semanais, incide apenas o adicional de horas extraordinárias, pois essas horas já foram remuneradas mediante o pagamento de salário.  | <a href="#"><u>898-16.2013.5.09.0028</u></a>   |

|                           |   |  |
|---------------------------|---|--|
| <a href="#"><u>21</u></a> | Há direito público subjetivo à concessão de gratuidade de justiça à parte que, percebendo salário igual ou superior a 40% do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, declara pobreza e não comprova a sua hipossuficiência no processo? Se não, em quais circunstâncias e sob quais parâmetros a hipossuficiência podem ser comprovada nos autos? | <a href="#"><u>227-83.2020.5.09.0084</u></a> |
| <a href="#"><u>23</u></a> | Quanto aos direitos laborais decorrentes de lei e pagos no curso do contrato de trabalho, remanesce a obrigação de sua observância ou pagamento nesses contratos em curso, no período posterior à entrada em vigor de lei que os suprime/altera?  | <a href="#"><u>528-80.2018.5.14.0004</u></a> |

**Atualizado em 07 de fevereiro de 2025.**